



O lugar da radioreportagem nas emissoras comerciais de Natal (RN): um estudo de caso a partir da observação in loco

Cezar Macedo Barros¹
Maria do Socorro Veloso²

Resumo: Este trabalho é resultado de uma investigação de mestrado que se propôs a observar de que modo as emissoras comerciais de rádio com sede na cidade de Natal (RN) utilizam a radioreportagem nos programas jornalísticos. O estudo parte de levantamento bibliográfico sobre a importância da reportagem para o aprofundamento do noticiário. Em seguida, parte-se para a escuta radiofônica e a pesquisa de campo, a fim de se observar os procedimentos jornalísticos nos programas analisados, etapa concluída com a realização de entrevistas em profundidade. O estudo apontou para a falta de investimentos em procedimentos de apuração jornalística, que resulta na rara utilização dos recursos da radioreportagem, ao passo que cresce o espaço demandado à informação, nas emissoras da cidade.

Palavras-chave: radiojornalismo; radioreportagem; reportagem; rádio; apuração.

1. Introdução

Ponto culminante da prática jornalística, a reportagem requer uma busca obstinada de informações não superficiais, capazes de esclarecer um fato ou situação. É o formato do gênero jornalístico informativo que interpreta o cotidiano e possibilita ao interlocutor maior conhecimento sobre determinado assunto.

Na programação jornalística veiculada pelas rádios de Natal (RN), contudo, observa-se que a reportagem é um formato pouco ou raramente utilizado. A prática jornalística realizada nas emissoras comerciais dessa cidade é limitada a notas, notícias, co-

¹ Jornalista, mestre em Estudos da Mídia pela UFRN e professor associado do Departamento de Comunicação Social da UFRN. Editor da Rádio Universitária FM.

² Professora associada do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (UFRN). Pós-doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. Integrante do grupo de pesquisa Pragma (UFRN).

mentários e entrevistas, reproduzidos a partir do que informam outros meios de comunicação, não havendo, sequer, apuração ou checagem das informações.

Neste artigo, resultado de uma pesquisa de mestrado realizada no Rio Grande do Norte, evidencia-se a radioreportagem como instrumento de credibilidade do jornalismo radiofônico, uma vez que sua utilização pressupõe que o repórter tenha buscado a informação diretamente da fonte ou do local do acontecimento. No que concerne ao marco teórico, objetiva-se buscar consenso sobre o conceito de radioreportagem, diante das múltiplas definições atribuídas ao termo. Para tanto, urge uma pesquisa bibliográfica que procure concatenar as diversas concepções sobre a reportagem radiofônica, para que se possa chegar a um conceito que balize a investigação empírica.

A análise ocorre a partir da contabilização dos formatos radiofônicos percebidos, ao longo de uma semana, em quatro radiojornais diários veiculados pelas emissoras comerciais de Natal, que operam em frequência modulada. Ao todo, foram contabilizadas 490 ocorrências de formatos radiofônicos, das quais apenas oito podem ser enquadradas como radioreportagem.

2. O gênero jornalístico no rádio

O rádio atua na divulgação dos fatos mais rápido que os outros meios. Para a produção de uma notícia ou reportagem em meio impresso, leva-se o tempo da apuração, redação e impressão. Para o meio televisivo, que também pode ser móvel, o aparato técnico é mais complexo e as grades de programações são mais rígidas que no rádio. Para o ambiente virtual, o trabalho de redação também gasta mais tempo que o rádio, que pode, graças a técnicas de improvisação, ser mais veloz.

A linguagem radiofônica, por sua vez, é uma das mais complexas porque depende exclusivamente de elementos sonoros para comunicar. Logo, devem ser reunidos, harmonicamente, sons de fala, ruídos, música e, até mesmo, silêncio, em uma única narrativa, visando a uma comunicação radiofônica mais efetiva.

A plasticidade de uma reportagem para o rádio deve fazer o ouvinte compreender o cenário onde os fatos ocorrem, sem o auxílio de nenhum outro recurso, como argumenta Ortriwano (1985, p. 83): “O produto radiofônico – mensagem – precisa respei-

tar todas as características do meio e as condições de recepção, devendo estar, entre as preocupações básicas do emissor, o fato de a mensagem radiofônica estar destinada a ser apenas ouvida”. Dentre as características do rádio que devem ser consideradas pelos seus profissionais, conforme a autora, estão a linguagem oral, a penetração, a mobilidade, o baixo custo, o imediatismo, a instantaneidade, a sensorialidade e a autonomia.

O pesquisador André Barbosa Filho (2009) preocupou-se em classificar as diversas formas como os programas têm sido veiculados nas emissoras de rádio. Para ele, “os gêneros radiofônicos estão relacionados em razão da função específica que eles possuem em face das expectativas de audiência” (BARBOSA FILHO, 2009, p. 89) e cada um dos gêneros abriga formatos radiofônicos, que são o “conjunto de ações integradas e reproduzíveis, enquadrado em um ou mais gêneros radiofônicos, manifestado por meio de uma intencionalidade e configurado mediante um contorno plástico, representado pelo programa de rádio ou produto radiofônico” (BARBOSA FILHO, 2009, p. 71).

O programa de rádio ou produto radiofônico, por sua vez, é o “módulo básico de informação radiofônica; é a reprodução concreta das propostas do ‘formato radiofônico’, obedecendo a uma planificação e a regras de utilização dos elementos sonoros” (BARBOSA FILHO, 2009, p. 71).

A classificação considera a dinamicidade dos gêneros radiofônicos, dividindo-se os formatos em sete gêneros: jornalístico, educativo-cultural, de entretenimento, publicitário, propagandístico, de serviço e especial. Cada um dos gêneros propostos pelo pesquisador inclui uma série de formatos.

O gênero jornalístico “é o instrumento de que dispõe o rádio para atualizar o seu público por meio da divulgação, do acompanhamento e da análise dos fatos” (BARBOSA FILHO, 2009, p. 89). Sua classificação abarca 14 formatos radiofônicos considerados jornalísticos: nota, notícia, boletim, reportagem, entrevista, comentário, editorial, crônica, rádiojornal, documentário jornalístico, mesas-redondas ou debates, programa policial, programa esportivo e divulgação tecnocientífica.

3. O formato radorreportagem: discussões teóricas

Passamos agora a uma discussão específica sobre a reportagem radiofônica ou radioreportagem. Percebemos, a partir do levantamento bibliográfico, que não há equivalência exata nas definições para o termo radioreportagem. Primeiramente, portanto, é necessário distinguir de que concepção do termo trataremos.

Reconhecemos que o procedimento de apuração das informações jornalísticas é conhecido como reportagem, mas o foco deste artigo está voltado à radioreportagem, formato do gênero jornalístico informativo, que aqui queremos debater e caracterizar.

Pesquisa desenvolvida por Nadini de Almeida Lopes (2013), com o título *Radioreportagem: referências para a prática, o ensino e a pesquisa*, traz um apanhado das diversas concepções de reportagem abordadas por alguns autores. O primeiro é o de Barbosa Filho (2009), que classifica os gêneros e formatos radiofônicos, conforme visto no item anterior. Para o autor,

(...) uma narrativa que engloba, ao máximo, as diversas variáveis de um acontecimento, a reportagem consegue ampliar o caráter minimalista do jornalismo e oportunizar aos ouvintes, leitores e telespectadores ou internautas uma noção mais aprofundada a respeito do fato narrado. (BARBOSA FILHO, 2009, p. 92)

Entretanto, entendemos que esse conceito é reducionista, uma vez que não especifica, de forma clara, atributos que caracterizam a radioreportagem. O que percebemos, dentro do escopo deste estudo, é que as rádios de Natal, em muitas ocasiões, englobam as diversas variáveis do acontecimento, como propõe o referido autor, mas não veiculam o som das falas que comprovam as informações. Conceber esse formato como reportagem de rádio acaba por desconsiderar uma das principais características da linguagem radiofônica: o uso preponderante dos sons.

Pretendendo trazer um panorama teórico que contemple a multiplicidade de visões sobre radioreportagem, Lopes (2013) apresenta conceitos de outros autores. De cada um, a pesquisadora extrai material que nos ajuda a compreender a reportagem radiofônica. Esses e outros autores não evidenciam, assim como Barbosa Filho, a utilização da sonora como elementar para a estruturação da reportagem radiofônica. Defende-se aqui que esse recurso dá credibilidade à reportagem, porque confirma as informações dadas pelo repórter no texto radiofônico, como prova de que o conteúdo é verídico, legi-

timando, assim, a informação e indiciando que a fonte foi ouvida pelo repórter daquela emissora.

Ainda assim, a referida pesquisadora considera importante utilizar outros elementos em áudio: “A radioreportagem não é composta somente de informações; a utilização dos recursos sonoros e demais elementos transformam o gênero na composição da narrativa. Dessa forma, o som, o ruído e o silêncio também são informações” (LOPES, 2013, p. 24).

Nesse sentido, Jung (2013) destaca que a reportagem não é feita apenas pelo repórter, mas por toda a equipe de jornalismo de uma emissora de rádio. Ele reforça a necessidade do repórter na rua e é categórico ao afirmar que a informação transmitida do local onde ocorre o fato tem impacto bem maior que a lida por apresentador em estúdio. O autor descreve: “emoção, empatia, personagens, tema original, criatividade, clareza e correção no texto são elementos que fazem uma boa reportagem a partir de uma notícia” (JUNG, 2013, p. 117).

Embora seja pressuposto básico para a reportagem em qualquer meio, unir esses elementos é um dos principais desafios que as empresas jornalísticas enfrentam. Isso porque colocar o repórter na rua em busca da informação impõe despesas com transporte, equipamentos e salários. Fazer jornalismo – e reportagem – é considerado dispendioso para os veículos.

A pesquisa de Lucht (2009) sintetiza, de forma breve, um conceito de reportagem radiofônica que se aproxima da concepção que se defende nesta pesquisa. Para ela, é reportagem o

Material elaborado pelo repórter, com duração de 3 a 5 minutos geralmente composto pela cabeça ou lide da matéria lida pelo autor, seguido de sonora do entrevistado (ou várias inserções intercaladas com a fala do repórter) mais as ilustrações do palco de ação, ou seja, de sons do local onde ocorreu o fato. Por exemplo: palavras de ordem proferidas durante passeata, barulhos de sirene numa perseguição da polícia, etc. (LUCHT, 2009, p. 64)

Já o pesquisador Clóvis Reis conceitua a reportagem radiofônica como

(...) o relato que engloba as diversas variáveis do acontecimento, oferecendo o maior número possível de informações a respeito de um fato. No rádio, a reportagem inclui abertura, entrada, desenvolvimento, sonoras e fechamento,

com realização ao vivo ou gravada, na rua ou no estúdio. As reportagens dividem-se em básicas, documentais, investigativas e atemporais. (REIS, 2010, p. 44)

O autor toma por base o conceito de Barbosa Filho (2009), unindo-o à sua experiência e estudos em rádio. Também se percebe, em sua caracterização, uma presença mais firme das principais características da reportagem radiofônica, na medida em que considera os elementos constituintes da reportagem, a saber: a abertura, correspondente à “cabeça” ou “chamada” da matéria, em que o apresentador de um programa jornalístico situa o ouvinte a respeito do assunto e anuncia a reportagem; a entrada e o desenvolvimento, que constituem o texto efetivo da reportagem, narrado pelo repórter, intercalado por sonoras, chegando a um fechamento.

Além disso, Reis (2010) considera que as radioreportagens podem ocorrer ao vivo, quando são veiculadas simultaneamente à realização dos fatos, ou gravadas, quando, depois de feita a apuração e coletadas as sonoras necessárias, o repórter pode elaborar um roteiro de edição para a reportagem, possibilitando que, a partir de um texto sintético, o ouvinte consiga compreender as diversas variáveis do acontecimento.

Outra pesquisa que traz considerações pertinentes acerca da reportagem radiofônica é a dissertação de mestrado de Flávia Lúcia Bazan Belpalhok, que reconhece que os “manuais de reportagem consideram a reportagem radiofônica, mas são raros os trabalhos da área que discutem conceitualmente esta forma de estruturação da informação no veículo” (BESPALHOK, 2006, p. 12). Sua investigação debruçou-se sobre a incursão da reportagem radiofônica na rádio Continental do Rio de Janeiro, que, segundo a autora, foi a primeira emissora brasileira a explorar o formato.

A autora admite a estrutura da radioreportagem mesclando texto emitido por um repórter e sonoras de entrevistados, com recursos de sonoplastia, e esclarece as relações e interrelações da reportagem gravada com a transmitida ao vivo. O estudo desenvolve-se a partir do que ensinam Prado (1989) e Meditsch (2007) a respeito do tempo no rádio-jornalismo. Para Emílio Prado,

A reportagem é o gênero mais rico entre os utilizados no rádio desde a perspectiva informativa. Na prática é o menos utilizado por exigir uma elaboração conscienciosa. Sua riqueza provém, em primeiro lugar, da ausência de uma estrutura rígida neste gênero, o que permite a intervenção da criatividade

em uma grande medida, sem esquecer que se trata de uma narração de caráter informativo. Toda reportagem é, em definitivo, uma agrupação de representações fragmentárias da realidade que em conjunto dão uma ideia global de um tema. (PRADO, 1989, p. 85)

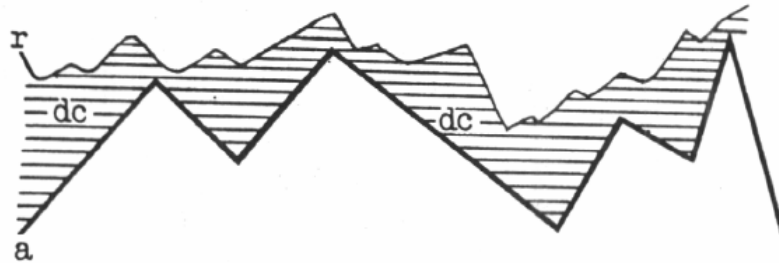
O autor classifica a reportagem em simultânea ou diferida, trazendo as principais características e vantagens de cada uma. A reportagem simultânea corresponde ao formato que é veiculado ao vivo, ao mesmo tempo em que um determinado fato está acontecendo, geralmente no local da ocorrência. Ao observar o desenrolar do acontecimento, o repórter transmite as informações que presencia, fazendo, a todo tempo, um exercício de valoração quanto à importância do que deve ser dito e o que pode ser omitido, construindo para o ouvinte uma síntese do que ocorre à sua frente.

Já a reportagem simultânea acontece especialmente com fatos de grande valor-notícia, como um incêndio que gera caos no trânsito ou grandes prejuízos a uma comunidade, bem como em coberturas previstas, como, por exemplo, a apuração de votos de uma eleição. A vantagem dessas reportagens é fazer o ouvinte se sentir partícipe dos fatos, a partir da incursão no cenário sonoro da ação, gerado em consequência dos ruídos próprios do ambiente onde acontece o fato.

Imagine-se que a reportagem radiofônica sobre um acidente de trânsito com feridos tenha, como sons de fundo, as sirenes de ambulâncias e viaturas policiais, gritos de populares, buzinas de veículos e outros elementos sonoros. A escuta desse tipo de informação sonora cria o que Prado chama de ambiente acústico. “O ambiente acústico provoca uma cascata de imagens sonoras que solicitam a intervenção da criatividade e da imaginação do ouvinte para traduzi-las em imagens visuais particulares” (PRADO, 1989, p. 86).

Ao ilustrar o assunto, Emílio Prado destaca que o palco da ação tem altos e baixos, mas a reportagem deve manter o mesmo nível emocional. Nos momentos em que se reduz a tensão da ação, o repórter se vale dos dados complementares – conforme demonstra o gráfico a seguir –, os quais devem, se possível, ser preparados anteriormente. Deve-se, ainda, atentar para o tempo de sua duração, recomendavelmente breve, a fim de não perder a sincronia com a tensão da ação. Em termos de narração, o estilo, destaca Prado, deve ser simples, utilizando ao máximo a linguagem radiofônica.

Figura 1 – Tensão da reportagem simultânea



Legenda: **r**: tensão da reportagem; **dc**: dados complementares; **a**: tensão da ação (PRADO, 1989, p. 87).

A reportagem diferida, por sua vez, é aquela que permite montagem, evitando a improvisação. De acordo com Prado (1989, p. 89), “a seleção das representações fragmentadas da realidade se faz após o conhecimento da ação, uma vez que esta tenha sido concluída”. Destaca, ainda, que a apresentação das informações não precisa ser cronológica, mas em uma ordem que facilite a compreensão do ouvinte a partir de um relato sintético.

O autor acrescenta que devem ser incluídos no produto sons ambientes (que, se fossem na reportagem simultânea, seriam percebidos como pano de fundo), os quais permitem aguçar a imaginação do ouvinte, dando também credibilidade à informação, na medida em que se infere que os recursos sonoros tenham sido captados no palco dos acontecimentos. Na reportagem diferida, cuja montagem ocorre depois do desenrolar dos fatos, o repórter pode incluir intervenções complementares, “buscadas à margem daquelas provocadas pela ação ou fato central” (PRADO, 1989, p. 89), visando a aprofundar ainda mais o conteúdo. A estrutura da reportagem diferida também é flexível, mas geralmente acontece em uma lógica de introdução, desenvolvimento e encerramento. A função da introdução é atrair a atenção sobre o tema. Ao desenvolvimento cabe dar a ideia do fato e não a sua ação, como acontece na reportagem simultânea. No encerramento, podem ser retomados os elementos mais significativos para reforçar a ideia do fato.

No rádio, a simultaneidade é possível, mas ela não é a preponderância da programação. Besspalhok lembra que “muita coisa é preparada e gravada de antemão, mas,

ofuscada pela simultaneidade da transmissão, a condição do diferido passa muitas vezes despercebida pelo ouvinte” (BESPALHOK, 2006, p. 132).

Tem-se, de um lado, o caráter eminentemente vivo do rádio, que está a todo momento enunciando simultaneamente à recepção desse enunciado pelo ouvinte e, do outro lado, o papel do diferido no discurso do rádio informativo, gerando, de certa forma, um paradoxo: “o rádio faz *ao vivo* um discurso predominantemente *diferido*” (MEDITSCH, 2007, p. 209-210). É diante desse paradoxo que surgem os quatro graus de vivo do enunciado radiofônico.

Segundo Meditsch (2007), o vivo em primeiro grau corresponde à simultaneidade entre a enunciação e a recepção, mesmo que a produção do relato a ser enunciado não ocorra no momento da enunciação. É uma relação de paralelismo entre o tempo do enunciado com o tempo da vida real, ou seja, do relógio. É a lógica e essência do veículo. O vivo em segundo grau é o que mais se aproxima do discurso diferido, pois leva em conta as condições de produção da mensagem radiofônica. Nesse grau, “a mensagem transmitida é aquela previamente redigida ou memorizada – ou seja, diferida –, mas que ganha o aspecto do vivo no momento de sua interpretação ao microfone” (BESPALHOK, 2006, p. 133). No vivo em terceiro grau, a produção do relato acontece simultaneamente à enunciação, mas depois do desenrolar dos fatos. Corresponde ao momento em que o enunciador (apresentador, locutor, repórter – falante) relata o acontecimento de um fato sem a elaboração de um texto prévio. Por fim, o vivo em quarto grau é a verdadeira transmissão direta e ao vivo, que acontece ao mesmo tempo em que os fatos se desenrolam. É quando há isocronia entre os quatro tempos – “o do acontecimento, o de produção do relato, o da enunciação e o da recepção” (MEDITSCH, 2007, p. 213). Bespalhok complementa:

Em uma programação radiofônica, em especial a jornalística, percebe-se que os diversos graus de *vivo* se entremeiam e se alternam. Pode-se ter uma reportagem diferida (*vivo em segundo grau*) sendo chamada por um locutor de estúdio sem texto previamente escrito (*vivo em terceiro grau*), ou um locutor lendo um texto previamente escrito (*vivo em segundo grau*) chamando uma reportagem simultânea (*vivo em quarto grau*). (BESPALHOK, 2006, p. 134, ênfases da autora)

Para finalizar a compreensão que aqui se propõe acerca da radioreportagem, têm-se as contribuições de Ferraretto (2014) sobre a estrutura desse formato. O pesquisador reforça a ideia de que o termo “reportagem” pode remeter à atuação do repórter ao apurar as notícias, mas também pode significar a transmissão informativa no local onde ocorre o fato a ser narrado. De acordo com o autor, a reportagem radiofônica ultrapassa os limites do gênero informativo, porque,

(...) carregando em si uma grande carga das impressões pessoais de quem as realiza e/ou extrapolando o contexto do fato, a reportagem pode adentrar o terreno do jornalismo interpretativo. Dependendo do assunto ou do enfoque, pende ainda para o utilitário – no serviço à população, por exemplo – ou para o diversional – nas histórias de vida daquela fonte que é nela abordada. (FERRARETTO, 2014, p. 158)

A radioreportagem, de acordo com o autor, possui quatro elementos básicos: cabeça, ilustração ou sonora, encerramento e assinatura. Segundo Ferraretto (2014), nos noticiários, esse formato pode ser anunciado no início dos programas através de uma manchete. Já o momento de veiculação da reportagem radiofônica, pode ser antecedido por uma chamada. Esse elemento diferencia-se da manchete por contemplar, além da breve descrição do assunto, o nome do repórter.

- A cabeça é a “introdução que resume o assunto a ser desenvolvido no texto. Corresponde ao lide da imprensa escrita” (FERRARETTO, 2014, p. 164).
- A ilustração ou sonora corresponde ao “trecho editado de uma entrevista realizada pelo repórter com a fonte” (FERRARETTO, 2014, p. 164). De acordo com o autor, a sonora remete especificamente à entrevista em si, enquanto a ilustração traz, além do depoimento da fonte, outros elementos sonoros presentes no palco da ação, como barulhos específicos do local onde a reportagem foi realizada.
- O encerramento se constitui uma informação complementar.
- A assinatura é o “local de onde a informação é transmitida e a identificação do repórter. Por vezes, inclui o nome do programa, o de um patrocinador ou um *slogan* da emissora” (FERRARETTO, 2014, p. 164).

A classificação utilizada por Ferraretto (2014) em relação ao tempo de execução de uma radioreportagem é semelhante à de Prado (1989), que separa a reportagem em simultânea ou diferida (gravada), mas acrescenta a possibilidade de uma combinação

entre a narração “direto no ar com um trecho de uma entrevista anteriormente realizada ou de um áudio com som ambiente” (FERRARETTO, 2014, p. 163). De acordo com o autor, a opção por utilizar a reportagem em uma dessas formas depende dos recursos técnicos e da situação encontrada pelo profissional no palco da ação do fato, que classifica-se nesta pesquisa como *mista*.

A finalidade precípua dessa elucidação é guiar a análise sobre os formatos encontrados nos radiojornais de Natal-RN, cujas características se assemelham à radioreportagem. A classificação serve como guia para entender as abordagens que se promovem sobre as ocorrências percebidas na escuta radiofônica.

4. A utilização da radioreportagem em Natal-RN

A análise que segue ocorre a partir da escuta radiofônica e da contabilização dos formatos jornalísticos percebidos ao longo de uma semana em quatro radiojornais veiculados por emissoras comerciais de Natal (RN) que operam em Frequência Modulada (FM). Na cidade, 14 emissoras atuavam nesse tipo de frequência durante a pesquisa, realizada no primeiro semestre de 2015. Dessas, apenas seis possuíam perfil comercial local propriamente dito, enquanto uma, mesmo sendo comercial, não possuía programação jornalística local. Três estão vinculadas a órgãos públicos, outras três estão voltadas para a disseminação de conteúdo religioso e uma é comunitária.

Das seis emissoras comerciais locais, apenas quatro possuíam programação jornalística contemplando radiojornais. Segundo Ferraretto (2014), o radiojornal é o programa jornalístico que contempla variadas formas jornalísticas (notas, reportagens, entrevistas, comentários e outras). Ao total, nessas emissoras, seis programas eram apresentados como se fossem radiojornais, mas dois desses se assemelhavam mais a mesas redondas que, propriamente, ao radiojornal.

Sendo assim, a pesquisa foi realizada especificamente com quatro programas jornalísticos desse tipo: o Jornal da Cidade, da Rádio Cidade do Sol, frequência 94,3 MHz; o Jornal 96, da Rádio Reis Magos 96 FM, frequência 96,7MHz; o Jornal da Noite, da Rádio 95 FM, frequência 95,9 MHz; e o Jornal das Seis da Rádio Reis Magos 96 FM, frequência 96,7MHz.

Os quatro programas foram gravados no período de 11 a 15 de maio de 2015, sendo contabilizados os formatos encontrados em cada um deles, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 1– Contabilização de formatos nos radiojornais estudados (11 a 15/05/2015)

Formato	Jornal da Cidade	Jornal 96	Jornal da Noite	Jornal das Seis	Total
<i>Coluna</i>	0	3	0	0	3
<i>Comentário</i>	12	8	11	21	52
<i>Entrevista</i>	6	5	9	5	25
<i>Manchete</i>	6	29	0	0	35
<i>Mesa redonda</i>	1	0	0	0	1
<i>Nota</i>	25	43	21	16	105
<i>Notícia</i>	49	45	41	32	167
<i>Ouvinte</i>	0	0	10	0	10
<i>Previsão do Tempo</i>	0	5	0	5	10
<i>Reportagem</i>	0	0	0	8	8
<i>Testemunhal</i>	0	30	5	24	59
<i>Trânsito</i>	0	0	5	10	15
Total	99	168	102	121	490

Das oito reportagens observadas, sete são do tipo mista e outra é totalmente simultânea. As ocorrências foram registradas apenas no Jornal das Seis, da Rádio Reis Magos 96 FM. Todas as reportagens foram da área policial. No referido radiojornal, as informações desse tema não são narradas pelos apresentadores do programa. A divulgação é feita por outro jornalista, que trabalha como repórter da emissora e tem atuação em um programa policial televisivo, além de também ser criador e editor de um portal de notícias policiais.

A participação do repórter de polícia no Jornal das Seis é precedida de uma vinheta com trilha sonora característica, o nome do programa, seguido de um som de sirene de viatura policial, sobreposto com o trecho narrado “Polícia, com Sérgio Costa”.

Em seguida, o som da sirene é elevado e interrompido. Neste momento, o apresentador do programa faz a chamada de conteúdo informativo, passando a palavra para o repórter. A participação dele, em todas as edições analisadas, sempre foi realizada por telefone. Antes dos programas, o profissional enviava, por e-mail, trechos de sonora para serem utilizados no radiojornal.

Depois de lida a chamada, o repórter complementa a informação com outros dados para, em seguida, cumprimentar o apresentador e o público ouvinte e voltar a narrar o fato. Durante a sua participação, ele descreve os fatos de maneira objetiva, sem emitir comentários, nem julgamentos de valor. Geralmente, ele apresenta a narração de dois acontecimentos, podendo, em alguns casos, conter uma sonora, coletada no palco da ação.

Durante os programas em análise, observou-se que o profissional participou do programa com duas informações, nos cinco dias, totalizando dez acontecimentos narrados. Em oito deles, utilizou áudios para ilustrar e complementar as informações. Nas oito ocorrências, o repórter, depois de relatar o fato, sinaliza que será ouvido um trecho da conversa/entrevista que teve com um personagem envolvido. Essa sinalização, conhecida como “deixa”³, ocorre geralmente informando que ele, o repórter, conversou com o personagem ou informando que este explicou algum fato.

Em todos os trechos sonoros, é possível, inclusive, perceber sons de fundo, como pessoas conversando, tilintar de chaves e objetos metálicos, fechamento de portas, entre outros. Esses sons indiciam que o repórter coletou a informação, muitas vezes, nas delegacias de polícia onde se encontravam os personagens.

Outra constatação acerca dos áudios veiculados, durante a participação do repórter policial no Jornal das Seis, é que não houve o processo de montagem da radioreportagem diferida por completo. Não se percebeu a utilização de mais de um trecho sonoro em nenhuma reportagem. Os formatos também não contemplaram a completude dos cenários e versões, além de ser veiculada apenas a sonora de uma das partes envolvidas.

A prática de coletar a sonora de apenas uma fonte ocorreu em todas as participações do repórter de polícia observadas nesta pesquisa. O fato de não contemplar todas as versões dos fatos é, por si só, motivo para refletir se o enquadramento do formato en-

³ “Sinal para começar ação ou fala” (MELLO, 2003, p. 72).

contrado no Jornal das Seis como uma radioreportagem pode ser considerado adequado.

A pesquisa permite entender que o radiojornalismo em Natal passa por uma carência evidente de repórteres, o que resulta em possibilidades mais restritas de recolha de informações diretamente no local em que os fatos noticiosos acontecem. Resvala-se, então, em um radiojornalismo superficial, que não é calcado na apuração, princípio básico do jornalismo, independentemente da forma e suporte em que se veicula.

Outra percepção está nas precárias condições para desenvolvimento de conteúdo e checagem das informações. Não obstante existam poucos profissionais para a produção jornalística nas emissoras, essas pessoas fazem com que os programas sejam veiculados graças à sua experiência em outros meios e veículos de comunicação (jornais impressos, televisão e internet). As equipes reduzidas acabam por promover um conteúdo igualmente menos produzido e mais improvisado.

5. Considerações finais

De forma geral, esta pesquisa apresentou as características da radioreportagem e como esse formato se apresenta nas rádios comerciais de Natal-RN. A reflexão destacou uma noção chave para entender a reportagem radiofônica no contexto em que se insere. A reportagem simultânea, ao vivo, possibilita ao ouvinte conectar o seu tempo ao tempo da vida real. Isso desperta interesse pela divulgação das informações. A reportagem diferida, por sua vez, permite o aprofundamento de temas, com a exploração máxima dos recursos sonoros, haja vista o tempo que se leva para a produção da narrativa. A radioreportagem mista se apropria dessas duas vantagens, especialmente quando há dificuldades de montagem da narrativa diferida.

Não parece, contudo, ser de interesse das emissoras de rádio, em Natal, buscar mecanismos que propiciem aos ouvintes o aprofundamento dessas informações. As razões para isso estão basicamente concentradas nas dificuldades e gastos para realizar radioreportagens. Mas, sabe-se, estão disponíveis equipamentos tecnológicos sofisticados, leves e relativamente simples de manusear, os quais podem ser utilizados na captação de sonoras e ilustrações para a produção de reportagens. Sejam com gravadores ou

smartphones ou, até mesmo, com os aparelhos telefônicos convencionais presentes nas emissoras, e computadores básicos, torna-se relativamente fácil a elaboração de radioreportagens, aproveitando bem os recursos da linguagem radiofônica. Não é, todavia, o que acontece.

Os próprios smartphones já disponibilizam aplicativos que permitem edição do material sonoro de forma simplificada, agilizando a produção, o que derruba o argumento da quantidade reduzida de pessoal para produção das radioreportagens. O formato estudado, se bem elaborado, consegue naturalmente aprofundar os temas do noticiário, além de transportar o ouvinte para o cenário acústico da ação e aproximar as emissoras dos seus ouvintes, sem se tornar enfadonho.

A carência de reportagens radiofônicas nas emissoras comerciais de Natal aponta para um problema maior, que é a produção jornalística em rádio na cidade. Sem dúvida, pelo que identificamos, não há uma cultura de jornalismo radiofônico com a busca precisa pela informação. O que se vê, ainda, é a reprodução de conteúdo disponibilizado em portais de notícias e jornais impressos, bem como a repercussão de assuntos já debatidos.

A falta de conteúdo que esteja próximo ao ouvinte, dando-lhe uma visão mais aprofundada da realidade, reflete também o papel do jornalista perante a sociedade, especificamente no que diz respeito à construção da cidadania. Ao apurar um fato denunciado por um ouvinte em determinada comunidade, buscando as justificativas das autoridades para aquela situação, o jornalista está cumprindo uma função social própria da profissão.

A iniciativa de trazer conteúdo informativo para as rádios, entretanto, já é um ponto de partida interessante para pensar o fazer radiojornalístico. O rádio é tido como o “primo pobre” dos meios de comunicação. Essa concepção está nos bancos das universidades, que não privilegia as disciplinas associadas à área de rádio e também no mercado de trabalho, que paga baixos salários aos seus profissionais, os quais acabam precisando pleitear outros empregos para complementação de renda.

As ocorrências de radioreportagens verificadas nesta pesquisa revelaram outros aspectos dessa realidade. As reportagens produzidas para o Jornal das Seis, por exemplo, só são possíveis porque o jornalista responsável pelas informações da área policial

daquele programa também atua em outros veículos de comunicação e produz material para o portal e para o programa televisivo em que atua. Infelizmente, a iniciativa não busca aprofundar os temas da referida área de cobertura, pois o relato é apenas factual, sem descrever o contexto e os desdobramentos que cercam o fato policial.

Deve-se reconhecer, entretanto, que a existência dos radiojornais em que há espaço para estabelecimento de debates, com realização de entrevistas com mais de dez minutos de duração, é uma iniciativa interessante, que parte do esforço dos profissionais em levar a informação para os ouvintes de rádio na faixa FM. O que falta é perceber que o espaço utilizado na programação das emissoras pode ser ampliado, com um noticiário que valorize as discussões e se aproxime dos interesses do ouvinte.

Referências

- BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos**: os formatos e programas em áudio. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2009.
- BESPALHOK, Flávia Lúcia Bazan. **A prática da reportagem radiofônica na emissora continental do Rio de Janeiro**. Bauru-SP: UNESP, 2006 (dissertação de mestrado).
- FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio**: teoria e prática. São Paulo: Summus Editorial, 2014.
- JUNG, Milton. **Jornalismo de rádio**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- LOPES, Nadini de Almeida. **Radorreportagem**: referências para a prática, o ensino e a pesquisa. São Paulo: ECA-USP, 2013. (Dissertação de mestrado)
- LUCHT, Janine Marques. **Gêneros radiojornalísticos**: análise da Rádio Eldorado de São Paulo. São Bernardo do Campo-SP: UNIMESP, 2009. (Tese de Doutorado)
- MEDITSCH, Eduardo. **O rádio na era da informação**: teoria e técnica do novo radiojornalismo. 2. ed. Florianópolis: Insular/Ed. da UFSC, 2007.
- MELLO, José Guimarães. **Dicionário multimídia**: jornalismo, publicidade e informática. São Paulo: Arte&Ciência, 2003.
- ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio**: os grupos de poder e a determinação de conteúdo. 4. ed. São Paulo: Summus, 1985.
- PRADO, Emilio. **Estrutura da informação radiofônica**. São Paulo: Summus, 1989.

REIS, Clóvis. **Na fronteira da persuasão**: os gêneros jornalísticos nas emissoras de rádio. Blumenau-SC: Edifurb, 2010.